

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui o marco regulatório da  
responsabilidade filial em relação à  
pessoa idosa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei institui o marco regulatório da responsabilidade filial em relação à pessoa idosa, em conformidade com o art. 229 da Constituição Federal e com a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa).

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme disposto no art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa).

**CAPÍTULO II**  
**DOS DEVERES FILIAIS**

Art. 3º Os filhos maiores de idade, o Estado e a sociedade, de forma conjunta e solidária, têm o dever de prover os meios necessários à subsistência, à saúde, à segurança e ao bem-estar físico e emocional das pessoas



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

idosas, a fim de defender sua dignidade e de garantir-lhes o direito à vida.

Art. 4º São deveres dos filhos maiores de idade com relação aos pais pessoas idosas, entre outros:

I - prover alimentação adequada e cuidados de saúde;

II - assegurar acesso a moradia segura e condições habitacionais adequadas;

III - garantir acompanhamento médico regular e acesso a medicamentos necessários;

IV - promover a participação da pessoa idosa na vida comunitária, de modo a garantir seu direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

V - proteger a pessoa idosa contra qualquer forma de violência, de abuso, de negligência ou de exploração.

§ 1º Os filhos maiores de idade que não possuam os meios para prover o disposto no *caput* deste artigo têm o dever de solicitar apoio às unidades de atendimento no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e do Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 2º Os serviços no âmbito do Suas, bem como os serviços de atenção básica no âmbito do SUS, incluirão a busca ativa de famílias com pessoas idosas que estejam em situação de vulnerabilidade social.

§ 3º O Estado, diretamente ou por meio de entidades não governamentais, oferecerá serviço de atendimento psicossocial e de orientação clínica aos filhos maiores de idade e às pessoas idosas de famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****CAPÍTULO III  
DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO E DE ASSISTÊNCIA**

Art. 5º Em casos de incapacidade física, mental ou financeira dos filhos maiores de idade em prover os cuidados necessários à pessoa idosa, o Estado deverá intervir por meio de políticas públicas, a fim de garantir:

- I - assistência social adequada;
- II - acesso a serviços de saúde especializados;
- III - apoio psicológico e emocional;
- IV - incentivo à criação de redes de apoio comunitário.

Parágrafo único. As ações governamentais no âmbito da política nacional do idoso considerarão o disposto nesta Lei.

Art. 6º O governo e a sociedade deverão participar nas melhorias do modelo de funcionamento dos espaços de convivência, com vistas a torná-los ambientes mais acolhedores, de forma a promover a dignidade das pessoas idosas e o respeito aos seus direitos.

Art. 7º As instituições públicas e privadas deverão colaborar na implementação de programas e de projetos direcionados à promoção da autonomia e da qualidade de vida da pessoa idosa.

**CAPÍTULO IV  
DISPOSIÇÕES FINAIS**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Art. 8º A responsabilidade filial é irrenunciável e intransferível e perdurará enquanto subsistir a necessidade de cuidados e de assistência à pessoa idosa.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 21 de outubro de 2025.

HUGO MOTTA  
Presidente

